

DO PROSELITISMO EM CONTRAMÃO À VONTADE DE LER O PROIBIDO: CORRESPONDÊNCIA ENTRE LIVREIROS

OLÍMPIA LOUREIRO*

Resumo: Se o texto escrito para qualquer coordenada de tempo e espaço é/foi um repositório da(s) memória(s) da Humanidade, auxiliar dificilmente substituível da transferência longitudinal de conhecimentos, técnicas, modos e modas, de cultura..., no período a que nos reportamos ele teve um papel sublinhado, não só pelos testemunhos refletidos mas, e sobretudo, pela abertura ao futuro. Futuro que incluiu novos programas, experimentados aqui e além no velho continente e, mesmo antes disso, no novo mundo, além Atlântico. As Cartas entre os livreiros sediados no Portugal setecentista e a Société Typographique de Nêuchatel testemunham o proselitismo assumido por uns e apoiado por outros, ainda que em contramão.

Palavras-chave: Cartas; contrafação; leitura proibida; livreiros; livros; Portugal/Suíça.

Abstract: Written texts are and always were a repository of Mankind's memory. Hardly replaceable, they had a unmistakable role in the period we report – not only because of the reflected testimonies, but specially by the opening to the future. Which future? The one that includes new programs, trained here and there in the old continent and, even before, at the New World, beyond Atlantic.

The letters between registered booksellers in the Portuguese eighteenth century and the Société Typographique de Nêuchatel testify the assumed proselytism of some and supported by others, even if against the order.

Keywords: Letters; counterfeit; prohibited reading; booksellers; books; Portugal/Switzerland.

Na Europa do Antigo Regime, vivendo-se como se vivia um tempo de cerco ao novo, ao criteriosamente pensado e interrogado, ao que no plano das ideias pudesse por em questão as verdades estabelecidas, a alternativa camuflada apresentava-se tanto mais arriscada quanto irrecusável.

Se o texto escrito para qualquer coordenada de tempo e espaço é/foi um repositório da(s) memória(s) da Humanidade, auxiliar dificilmente substituível da transferência longitudinal de conhecimentos, técnicas, modos e modas, de cultura, no período a que nos reportamos ele teve um papel sublinhado, não só pelos testemunhos refletidos mas, e sobretudo, pela abertura ao futuro. Futuro que incluiu novos programas, experimentados aqui e além no velho continente e, mesmo antes disso, no novo mundo, além Atlântico.

Portugal, na esteira dos outros espaços políticos, viria também a seguir esses ritmos, a seu tempo, apesar da apertada cintura sofrida, muito particularmente depois de 1768, com a criação da instituição de censura fundada no período pombalino – a Real Mesa Censória.

Apesar de entre nós a produção – escrita, impressão, venda – e obviamente a leitura – de textos sediciosos, ímpios ou por qualquer maneira tidos como não ortodoxos – serem proibidas, o contorno a estas dificuldades viria a efetivar-se recorrendo os nossos

* CITCEM. Email: olimpialoreiro@hotmail.com.

leitores e em primeira instância os nossos livreiros ao que, na circulação europeia da altura, abria novos rumos e, por isso, diversas possibilidades.

É neste percurso que situamos as relações comerciais de Portugal com o mundo suíço e, muito concretamente com a Sociedade Tipográfica de Neuchâtel – um expoente coevo de contrafação do qual sobrevivem hoje ainda documentos bastantes que nos servem de suporte para a análise dessas mesmas ligações e que justificam, tanto quanto possível, a presença de textos clandestinos nas bibliotecas portuguesas do Antigo Regime ou, antes disso, nas alfândegas, nas mesas de censura, nas bancas de livreiros instalados entre nós¹.

1. A SOCIEDADE TIPOGRÁFICA DE NEUCHÂTEL

Instalada nas imediações do perímetro francês, a Sociedade Tipográfica de Neuchâtel (STN) foi uma casa de edição capaz de fornecer os livros que não podiam ser produzidos legalmente em países onde a censura estivesse ativa².

A sua história decorre entre os anos de 1769-1789, situando-se o período aúreo entre 1771 e 1783³. Em 1784 iniciava-se o declínio, para o que contribuiu a liberdade de imprensa que a Revolução Francesa arrastou consigo e que viria a privar a STN e as demais tipografias suíças de uma grande parte dos seus negócios, ficando então pendente até ao fim do século apenas a liquidação do stock de livros⁴. Em 1780, fazia parte de uma Confederação helvética com as sociedades tipográficas de Berna e Lausana⁵.

Quem são os nomes que fizeram o rosto desta firma internacional de feitura de textos?

Frédéric-Samuel Ostervald, uma erudita figura de destaque local, a alma da empresa, homem de letras, chefe da milícia e dos burgueses, membro dos quatro ministérios; tinha já publicado manuais de Geografia, escritos políticos, etc.;

Jean-Elie Bertrand, genro do anterior, pastor e professor de belas-letas no colégio de Neuchâtel onde ocupou o cargo de reitor;

Samuel Fauche, livreiro-impressor, portador de conhecimentos técnicos e comerciais à empresa e que deixou a sociedade em 1772, depois de um diferendo; já imprimia e editava desde 1762, nomeadamente os textos de Ostervald;

Jonas-Pierre Berthoud, mestre de sala d'écriture [de 1as. letras?], que tendo saído em 1770, foi substituído 5 anos mais tarde por *Abram Bosset De-Luze*, o responsável pelo setor das finanças até 1781, altura da sua passagem⁶. Ainda que este último e Frédéric-Samuel Ostervald tenham sido os dois principais associados da STN⁷, o sucesso da empresa é atribuído a Ostervald devido ao seu «optimisme, au savoir-faire et à la ténacité...»⁸.

1 A par da bibliografia utilizada, veja-se também: MARTINS, 2005; DOMINGOS, 2000; CURTO, 2006.

2 DARNTON, 1983b: 155-156.

3 DARNTON, 1990: 442.

4 DARNTON, 1990: 442; DARNTON, 1991: 42.

5 DARNTON, 1990: 443.

6 DARNTON, 1986: 281; DARNTON, 1991: 41-42; JEANPRÊTRE, 1949: 72.

7 DARNTON, 1992: 220.

8 JEANPRÊTRE, 1949: 120.

Desde o início de 1784 são os Senhores *Bergeon* e *Gaudot* quem, na qualidade de administradores delegados, assina em vez de Ostervald, sócio cujos bens na hora da morte, em 1795, não terão sido suficientes para cobrir o déficit da empresa, segundo um testemunho deixado por Jean-Jacques Meuron, sobrinho de Bosset De-Luze⁹.

Gente honesta, inteligente, culta e, acima de tudo, suficientemente avisada em relação ao cosmopolitismo do século, este grupo de homens mais preocupados em satisfazer a procura do que em vender as obras das suas preferências, não atuando por altruísmo, antes pelo e para o alcance do lucro, bem mereceu a denominação de bons comerciantes¹⁰.

Robert Darnton exemplifica a propósito: «Ostervald connaît un grand nombre de philosophes et partage leurs opinions. Cependant, pour une rétribution suffisante, cet éditeur protestant éclairé aurait allègrement imprimé un bréviaire pour les Cisterciens sur les conseils d'un abbé anticlerical»¹¹. E mais: «Pour les éditeurs suisses [incluindo-se aqui a STN] et leurs clients, la littérature est une affaire d'argent. Le meilleur livre pour un libraire est «celui qui se vend»¹².

Aliás, de acordo com a mentalidade capitalista característica, os contrafatores passam a vida a calcular lucros e perdas e a correr riscos¹³. O seu espaço de manobra circunscrevia-se, por isso e muito particularmente, a zonas onde os livros ilegais pudessem encontrar bons mercados¹⁴. O cuidado na selecção de reimpressões, soberbo! Se é verdade que os livreiros pudessem ser auscultados antes de se acertar a reimpressão de livros – prática corrente da STN – o risco corrido para textos cuja venda fosse duvidosa era diminuto, uma vez que a impressão se fazia em condições específicas: ou quando houvesse em carteira uma encomenda, ou quando fossem comprados manuscritos de autores célebres ou ainda quando o valor comercial não fosse questionável¹⁵.

A STN, de resto, reimprimia os livros que já tivessem tido sucesso e sobre os quais os seus diretores, depois de uma aturada sondagem feita através de milhares de cartas enviadas para toda a Europa, tivessem confirmado o valor da sua implantação. Esta firma recebia por dia uma dúzia de cartas de livreiros instalados em toda a Europa. Na sua maior parte eram simples comissões mas as comissões devem entender-se como a melhor medida da encomenda; depois, de realçar é também o importante papel dos caixeiros-viajantes que, de cidade em cidade, anotavam os pedidos. As cartas dos livreiros, as notas dos caixeiros-viajantes, as sondagens feitas aqui e além, permitiam uma aproximação à procura; não provavam, porém, do verdadeiro valor da impressão. Agora, se o tempo urgia, a decisão teria que ser tomada: a intuição associada ao espírito de aventura entravam em cena¹⁶.

Entretanto não restam dúvidas de que a vontade de ganhar, a fome de lucro, foram os objetivos perspetivados pela STN e isso mesmo testemunha a sua própria correspon-

⁹ JEANPRÊTRE, 1949: 153.

¹⁰ DARNTON, 1991: 42.

¹¹ DARNTON, 1992: 41-42.

¹² DARNTON, 1992: 220.

¹³ DARNTON, 1990: 446.

¹⁴ DARNTON, 1983a: 131.

¹⁵ DARNTON, 1991: 53; DARNTON, 1992: 23.

¹⁶ DARNTON, 1990: 443 e 447-449.

dência. Correspondência que também se pode entender como uma espécie de sociologia da literatura, diálogo contínuo de avisos trocados entre livreiros, editores e agentes¹⁷. Nela se inclui muitas vezes uma lista de novidades que acaba sendo uma espécie de catálogo atualizado das espécies disponíveis; e por que os contactos mantidos não fossem apenas com livreiros, mas com particulares, nas suas cartas também se detetam partilhas de vivências de tipo familiar, assumindo os diretores desta grande e famosa casa editora uma transparência visível em comentários como o seguinte: «Vous ne vous faites pas de peine d'être en liaison avec des hérétiques tels que nous» ou onde deixam omissos o seu apreço por outros valores, nomeadamente, a solidez, a honestidade, os bons costumes¹⁸. Ou ainda onde a sedução para o interdito não escapa, como se pode ler numa carta datada de 1771, de Ostervald para um livreiro de Valenciennes: «Comme vous avez toujours nombre de garnison, si vous étiez curieux de certains ouvrages un peu hardis et que les militaires lisent volontiers, nous pourrions vous en assortir aussi»¹⁹.

A sua atividade não tinha, à partida, enfeudamentos políticos. No entanto, ela como as outras sociedades tipográficas viveram à custa da difusão de livros cujos autores e/ou conteúdos se enquadravam nos chamados «philosophiques», pelo que se tornaram responsáveis, ainda que involuntariamente, pelas mudanças de pensamento e de programa político que a Europa conheceu no final do Antigo Regime²⁰. A tal não é alheio o facto de as *luzes* terem sido por si difundidas na quase totalidade do continente europeu²¹ e do particular cuidado posto na colocação das suas impressões e/ou stocks, como se depreende por exemplo, do conteúdo de uma circular enviada a cerca de 200 dos mais famosos livreiros europeus e datada de agosto de 1769. Nela os sócios da STN propunham «de rendre plus communs et de répandre avec plus de promptitude les bons livres qui paraissent dans tous les genres et dans les divers pays»²².

O comércio de livros proibidos terá colocado a STN em contacto com livreiros diversos, menos escrupulosos por vezes e até maus pagadores, apesar de usufruírem de preços e modalidades favoráveis; há quem vislumbre aqui uma das causas do seu fim²³.

1.1. CORRESPONDÊNCIA DA SOCIEDADE TIPOGRÁFICA DE NEUCHÂTEL: PARA E DOS LIVREIROS PORTUGUESES

São vinte e uma as cópias de cartas enviadas para os livreiros em exercício em Portugal na 2ª. metade do século XVIII, ou mais concretamente, entre 1773 e 1787, conservadas até hoje nos arquivos da STN. Tendo como destinatária a família Bertrand contam-se 14 – 10 para a Viúva Bertrand & Filhos e as restantes 4 para Jean Joseph; por ordem decrescente são em número de 3 as enviadas aos livreiros Jean Baptiste Reycend & Comp.; 2 as dirigidas a George Rey & Comp.; 1 para Ramuz e 1 para Valentin Lagier.

¹⁷ DARNTON, 1990: 443.

¹⁸ DARNTON, 1992: 285; DARNTON, 1991: 30; DARNTON, 1986: 281; DARNTON, 1990: 441-447.

¹⁹ JEANPRÊTRE, 1949: 151.

²⁰ DARNTON, 1990: 462.

²¹ RICHNER, 1969: 121.

²² RICHNER, 1979: 3.

²³ JEANPRÊTRE, 1949: 149 e 151.

Que dizer da leitura destes textos, destes diálogos escritos pelos editores suíços aos livreiros de Lisboa? Talvez mesmo esta a primeira observação! Nenhuma delas tem outro destino que não seja a capital, quando afinal são conhecidos entre nós, no Porto, em Coimbra, em Braga, livreiros ativos e atentos de cujos nomes nada consta nas memórias da STN. Porquê este direcionamento fechado para Lisboa? A rede estender-se-ia interinamente? Isto é, os livreiros de Lisboa fariam a ponte com o mercado estrangeiro, tratando *a posteriori* da difusão com os seus congéneres estabelecidos em Portugal? Uma possibilidade em que acreditamos, uma vez que não nos parece viável uma disparidade de interesses, um desconhecimento desatento da importância da casa editora de que aqui tratamos, um voltar de costas ao grande fenómeno do tempo no que se refere à busca da informação e/ou formação através da leitura de textos e muito especificamente dos textos que dali poderiam chegar.

A ausência de comunicação com Francisco Clamopin Durand, livreiro do Porto, apresenta-se como um caso paradigmático. Ele, um profissional expedito, irreverente até, indivíduo que não passa despercebido às redes mais estreitas da censura portuguesa, delas sujeito a permanente contacto e controlo, não deixa de ser, por ventura, um bom e particular exemplo destas dúvidas, talvez mesmo o melhor. Porque não tem ele ligações com a STN? Nem recebe nem envia cartas da e para a STN?

De avolumado número de registos na correspondência da editora suíça é a livraria Bertrand, volume aliás demonstrativo de uma dinâmica comercial intensa e confirmada pela receção de cartas na STN da dita livraria: 5 do tempo de Jean Joseph (entre 1772 e 1775); 10 quando a denominação da sociedade já tinha a viúva como referência principal (entre 1778 e 1788). Ao lado destas, a STN guarda 3 cartas de Jean Baptiste Reycend (entre 1780 e 1785); 2 de George Rey (entre 1772 e 1774), 1 de Valentin Lagier (1784) e outra de Jean Joseph du Beux (1779).

Olhemos os conteúdos. Se, por um lado, na escrita da STN se pode perspetivar um grande domínio e segurança comerciais, um evidente espírito de astúcia associado a um bom exercício da política de marketing – note-se como publicita uma obra do seu catálogo, a *Description générale des arts et métiers*, por vezes permitindo-se mesmo adjectivá-la de «ouvrage intéressant, exécuté avec le plus grand soin et qui doit trouver à se placer dans un pays tel que le votre ou ces utiles connaissances sont encore dans le berceau»; ou como não se inibe de dizer a sua edição «de l'*Histoire philosophique* de l'abbé Raynal très bien exécutée aussi et supérieure à toutes les précédentes» – e uma clara apresentação das condições de fornecimento e venda dos produtos em lista, por outro, e começando pela casa Bertrand, saem notas de quem é incisivo, de quem sabe muito bem o que quer, de quem é exigente e minucioso, de quem não se distrai quer com a sua gestão económica (refira-se o corte de papel sugerido para diminuir os portes, ou a advertência de não enviarem pelo correio os catálogos, por tal se tornar demasiado oneroso, logo sugerindo alternativa: via Londres, através do Sr. Ostervald, resultando daí uma receção gratuita), quer com a atenção devida às novidades e/ou faltas nos pedidos efetuados. Se o fardo fica muito tempo em viagem (6 meses, por exemplo) o prazo de pagamento é reivindicado como curto; a viagem por Amesterdão é muito cara pelo que sugerem a via de Génova e

de França, por Lyon; as contas são feitas ao pormenor e, nesse sentido, para melhor poderem negociar, fazem propostas de preços partindo de condições diferenciadas – ora sendo a edição da STN, ora da própria casa Bertrand; se a STN não tem determinada obra recomendam a sua encomenda, por exemplo, a Londres; mostram-se do conhecimento da diminuição dos impostos, e conseqüentemente como que exigem que o comércio de livraria se apresente mais livre; não se inibem de dar parecer sobre o preço de determinados artigos quando os entendem caros, enunciando-os detalhadamente, e não perdem a oportunidade de solicitar um abaixamento do respetivo preço sustentando mesmo que sendo livros de impressão STN, sempre uma retificação será bem vinda para agrado de todos; mas também exprimem o seu contentamento quando acham os preços razoáveis; nunca, porém, deixam de sublinhar a exigência de um tratamento o mais favorável possível quanto a esta matéria, assegurando em contrapartida prontidão na respetiva quitação; em questão de encomendas, a casa Bertrand apresenta-se com muita organização – preenche coleções com tomos em falta; cuidado na atualização de stocks – pede exemplares de cada nova obra publicada; prontidão – entenda-se, rapidez na entrega, se não de todos os artigos, dos que estiverem disponíveis logo que perfaçam um fardo razoável; diligência – quando tomam conhecimento de pacotes perdidos, eles próprios manifestam as atitudes que desejam da STN para os fazer encontrados junto dos vários recoveiros ao serviço da casa, não se coibindo de mostrar a natural impaciência pelo tempo de espera.

Numa perspectiva de vivência particular sabemos que Jean Joseph Bertrand foi casado com Marie Claire Rey, sendo por isso cunhado de Georges Rey²⁴, e desse casamento nasceram dois filhos. Pensando no futuro, J. J. Bertrand destinou a tutela de ambos bem como a administração do seu negócio de livros, de que tinha loja na zona do Chiado, em Lisboa, a sua mulher. Meticulosamente deixava estabelecido que os seus bens fossem divididos em duas partes iguais: uma para sua mulher e a outra dividida em três, ou seja, pelos dois filhos e Marie Claire. Os lucros deveriam ser repartidos equitativamente entre os três durante a gestão desta última e, no caso de algum dos filhos preferir afastar-se da sociedade, podê-lo-ia fazer recebendo a parte a que tinha direito, incluindo-se nela livros²⁵. Pelo seu testamento, datado de 1778, podemos saber que o mesmo não contemplava o que quer que fosse para os criados²⁶.

Cinco meses depois da sua morte, ocorrida a 26 de maio de 1778, a família, enlutada, ao mesmo tempo que prescrevia uma encomenda, anunciava aos fornecedores suíços a passagem do seu ente querido e informava da nova denominação da firma: a partir de então *Veuve Bertrand et Fils*, apresentando a assinatura daí em diante identificadora da (nova) sociedade e por isso a única a que deveriam dar crédito.

Dos restantes livreiros enquanto organização de firma, sabemos que Lagier era genro de du Beux e que juntos formaram uma sociedade – *Frères du Beux Lagier & Ce.*; depois de ter emprestado o seu nome a uma outra – *George Rey & Ce.* – que se dissolveu

²⁴ LABOURDETTE, 1988: 685.

²⁵ LABOURDETTE, 1988: 554.

²⁶ LABOURDETTE, 1988: 559.

em 1774, Lagier é admitido na empresa do Beux, ao que parece para infelicidade de Jean Joseph du Beux, mais que não fosse pelo passivo que consigo arrastou, e aí permanece 10 anos. Em 1784, tendo resolvido amigavelmente a sociedade, cada uma das partes continuou ligada ao negócio, mas agora em seu nome próprio: du Beux por si, Valentim Lagier também.

Da firma do Beux há notícias de anúncios de livros na *Gazeta*²⁷, entre 1778 e 1790²⁸.

Na correspondência de George Rey & Ce., importa salientar alguns pontos: é no Verão de 1772 que se dá início à relação comercial com a STN, altura em que é pedido um prazo de dois anos para quitação do material fornecido, material que se espera seja quotado a bom preço; na oportunidade (julho de 1772) subscrevem uma encomenda, na qual chamam a atenção para alguns artigos proibidos em Portugal pelo que pedem que todos aqueles marcados * sejam inseridos em quaisquer outras obras de maneira a não serem visíveis na revisão; em janeiro de 1774 queixam-se de lhes ter sido passada uma letra de câmbio que só o deveria ter sido em outubro desse mesmo ano e por isso reclamam!

São interessantes os comentários passados a escrito por Jean Baptiste Reycend & Comp. Logo na primeira carta, datada de fevereiro de 1780, referem que o gosto pela leitura de bons livros aumentou entre os portugueses depois da reforma da Universidade de Coimbra e da abertura em Lisboa da Academia de Ciências e Artes; por esse motivo justificam o cuidado do estabelecimento de relações comerciais com todas as cidades principais da Europa para melhor sortidos poderem ficar; aquando da visita do filho primogénito do Sr. J. B. Reycend à Suíça, não se abstêm de solicitar que o mesmo seja orientado como estrangeiro que efetivamente era naquelas paragens e de pedir para ele todas as atenções de que viesse a necessitar, percebendo-se entretanto ser-lhe conferida total liberdade na escolha dos livros que encomendasse.

Jean Baptiste Reycend terá sido «um dos principais livreiros de Lisboa» com dinamismo bastante para visitar pessoalmente, entre 1758 e 1787, os grandes editores suíços e neles deixar, por exemplo, encomendas das obras completas de Voltaire²⁹. O seu negócio sorriu-lhe até 1808³⁰, tendo nesse mesmo ano acompanhado «os exércitos de Junot, na retirada de Portugal»³¹. É vasto o leque dos serviços de livraria de que dispõe: «completa obras antigas truncadas, vende e compra livros, troca com outros ou com qualquer género de fazenda»; vende também música impressa, mapas, estampas, etc.. Em sua casa podem-se também assinar, comprar «ou somente ler» as gazetas de Utrecht, Amesterdão, Colónia, Paris e Madrid, que recebe «em todos os correios», segundo informam os seus

²⁷ Gazetas ou folhas periódicas são o antepassado do nosso jornal atual. Surgem como forma de combate: «Necessita-se de um processo *mediato* e influente para transmitir a notícia de monta, a informação desejada. Nada melhor do que uma *Gazeta*». A folha «rapidamente transmite o essencial das posições e relata as ocorrências de forma resumida e directa» (PEIXOTO, 1967:14). Segundo alguns «todas as gazetas portuguesas foram proibidas em 1763, mas é possível encontrá-las nos cafés de Lisboa em francês, em inglês e em espanhol». CARREIRA, 1988: 45, citando Twiss.

²⁸ PIWNIK, 1987: 295-296.

²⁹ CAEIRO, 1980: 166.

³⁰ DOMINGOS, 1989: 89.

³¹ CAEIRO, 1980: 166.

catálogos³². Aliás, não é por acaso que J. B. Reycend foi, ao lado de outros livreiros, apontado como o introdutor no país das novidades que em França constituíam a moda do tempo no que concerne às bancas e vislumbrando-se nele por isso uma certa inclinação política³³. Esta postura de abertura não nos espantará demasiado se pensarmos estar perante um parente próximo – filho ou sobrinho – de Joseph Reycend³⁴, o livreiro pioneiro ou dos pioneiros a ter catálogo impresso – 1741³⁵. Sabe-se ainda que o nome desta linha familiar de livreiros franceses instalados entre nós – os Reycend – se apresenta na Gazeta com variações gráficas: Reison, Reycen, Rezende, etc³⁶.

Numa outra abordagem, se perguntarmos aos documentos acerca da fidelidade entre as listas de encomendas dos nossos livreiros e as de expedição da STN, confrontando umas e outras, a resposta sobressai pois pela afirmativa. Com pequeníssimas e quase impercetíveis alterações, a STN responde na íntegra aos pedidos dos seus clientes de Lisboa.

Lisboa, cidade considerada «D’Espagne» numa das cartas da casa Bertrand e onde as encomendas chegam a bom porto «grace au Seigneur» ou porque «Dieu Veuille conduire a bon sauvement», conforme se pode ler também em correspondência dos ditos livreiros.

Mas, ainda que passando pela alfândega da capital, acontecia por vezes a encomenda referir que determinada(s) obra(s) deveria(m) ser dirigida(s) a sua Alteza Real a Princesa do Brasil D. Maria Benedicta, ordem que a casa editora respeitava, inclusive separando os valores: um montante correspondendo às compras Bertrand, outro às de Sua Alteza Real. Quarta e última filha de D. José I e da rainha D. Mariana Vitória, a encomenda para a princesa da Beira e do Brasil podia ser, nada mais, nada menos, que: *Mémoires politiques et militaires, pour servir à l’histoire de Louis XIV et Louis XV, composés sur les pieces originales, recueillies par Adrien-Maurice duc de Noailles, maréchal de France et ministre d’état, par M. l’abbé Millot, etc., seconde édition augmentée de quelques observations sur cet ouvrage, par M. de Voltaire, 6 vol, in 12, 1777.*

Fixando-nos na correspondência estabelecida entre clientes/fornecedores, fornecedores/clientes, o que vale por dizer, entre os livreiros com atividade em Lisboa e a STN e vice-versa, apresenta-se-nos um cenário arquitetado com base nas compras, na intenção de compras ou no envio voluntário de material de leitura por parte dos editores suíços, donde emergem figuras humanas e/ou textos tidos como impróprios e prejudiciais aos olhos da RMC, e por isso pertencentes à classe dos proibidos/suprimidos em Portugal³⁷.

32 DOMINGOS, 1989: 90.

33 DOMINGOS, 1989: 91.

34 DOMINGOS, 1989: 89-90.

35 DOMINGOS, 1989: 86.

36 DOMINGOS, 1989: 94, nota 13.

37 Nas vastíssimas memórias da RMC pudemos encontrar um Livro com apreciações singulares, isto é, dirigidas a cada um dos textos rececionados, livro que apresenta uma ordem alfabética por título, constituindo no todo um «Índix dos Livros Censurados de que se não conhece author»; nele, a f. 1v escreveu-se: «Todos os livros que se acharem debaixo do titulo de Approvados com este sinal * são permitidos a quem tiver licença e todos os que debaixo do titulo de suprimidos e tiverem este sinal X ja estão comprehendidos em Edital».

O teor de algumas daquelas apreciações é o seguinte, a saber: novela lasciva; contra a religião; compreendido no Edital de ...;

A ilustrar, recordamos os seguintes: *Géographie* de Busching; *Theorie des Lois Criminelles*, *Bibliothèque du Legislatteur*, *Bibliothèque philosophique sur les loix criminelles* e *De la verité, ou méditations sur les moiens de parvenir a la verité*, os quatro de Brissot de Warville; *Oeuvres* de Charles Bonnet; *Code de la nature, ou le veritable esprit de ses loix*, e *Oeuvres philosophiques et dramatiques*, o primeiro atribuído a Diderot, o último de Diderot; *De l'esprit*, de Claudio Adriano Helvetius; *Anecdotes de Madame la comtesse Du Barry*; *Lettres d'Alexis et Justine*; *Mémoires de Madame de Maintenon*, de Laurent de la Beau-melle; *Éléments de la morale universelle*, de Bertrand; *Bonnet de nuit* e *Tableau de Paris*, ambos de Mercier; *Oeuvres* de Crebillon fils; *Erasmi Coloquia*; *Fastes de Louis XV*; *Leçons de droit de la nature et des gens*, de Félice; *De la félicité publique*, atribuído ao Marquês de Chastellux; *Le doit de la nature* de Madame Fabre; *Oeuvres posthumes de Frédéric, roy de Prusse*; *Nouvelle Heloïse*, de Rousseau; *De jure belli et pacis*, de Grotius; *Histoire philosophique et politique*, de Raynal; *Mémoires de Madame de Maintenon, avec les souvenirs de Madame de Caylus*; *Des lettres de cachets, et des prisons d'état*; *Les Incas* e *Contes Moraux*, ambos de Marmontel; *Essai* de Montaigne avec des notes de M. Coste; *Questions sur l'encyclopédie* e *Théâtre*, ambos de Voltaire; *Histoire de l'Amérique*, de Guillaume Robertson; *Voyage Sentimental*, de M. de Sterne sob o nome de Yorick; *Tableau de l'amour conjugal*, de Venette; *L'onanisme* de Tissot; *Les nuits champêtres*, de Veaux; *Vie privée de Louis XV*; *Histoire ecclésiastique*, de Mosheim; *Voyage du capitain Gulliver*, de Jonathan Swift; *Essai philosophique sur le monachisme* e *Mémoires sur la Bastille*, ambos de Linguet.

Do conjunto, apenas alguns refletem as intenções de compra dos nossos livreiros, justamente os que colocamos no quadro 1, abaixo. Nele podemos saber do número de exemplares desejados por título (N.º Ex.) e o número de vezes que, de cada título, o livreiro fez encomenda (N.º Enc.).

Quadro 1 – Encomendas de livros proibidos/suprimidos (de livreiros estabelecidos em Portugal à STN)

LIVREIRO	TÍTULO / AUTOR	N.º EX.	N.º ENC.
JEAN JOSEPH DU BEUX	–	–	–
VALENTIM LAGIER	–	–	–
GEORGE REY & COMP.	<i>Question sur l'Encyclopédie</i> , de Voltaire	3	1
	<i>De la félicité publique</i> , atribuído ao Marquês de Chastellux	2	1
	<i>Leçons de droit de la nature et des gens</i> , de Félice	4	1

(Continua na página seguinte)

libertino e ímpio; obsceno de primeira ordem; jacobeo; herético; um pouco livre; contra a política; cheio de opiniões erróneas; satírico; contra a cúria romana; indecente; obra nada útil; pouco decente; segue o probabilismo; condenado a pena de fogo; cheio de invectivas falsas e injuriosas; contra a inquisição; novela indigna. IAN/TT – RMC, Lv. 17.

Na década de 80 foi publicado um artigo por Piedade Braga Santos, onde, com base nesta mesma fonte, elaborou uma lista com os livros aprovados e os suprimidos, acrescentando sempre que possível o respetivo autor (SANTOS, 1983: 404-440).

JEAN BAPTISTE REYCEND & COMP.	<i>Bibliothèque du Legislateur</i> , de Brissot de Warville	1	1
	<i>Oeuvres</i> , de Charles Bonnet	1	1
	<i>Bonnet de nuit</i> , de Mercier	3	1
	<i>Géographie</i> , de Busching	2	1
	<i>Histoire de l'Amérique</i> , de Robertson	9	2
	<i>Histoire ecclésiastique</i> , de Mosheim	2	1
	<i>Histoire philosophique et politique</i> , de Raynal	2	1
	<i>Mémoires sur la Bastille</i> , de Linguet	8	1
	<i>Question sur l'Encyclopédie</i> , de Voltaire	1	1
	<i>Tableau de Paris</i> , de Mercier	5	1
	<i>Theorie des loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	12	1
	<i>Les Incas</i> , de Marmontel	3	1
<i>Théâtre</i> , de Voltaire	3	1	
<i>Voyage du capitain Gulliver</i> , de Jonathan Swift	3	1	
JEAN JOSEPH BERTRAND	<i>De jure belli et pacis</i> , de Grotius	12	3
	<i>Leçons de droit de la nature et des gens</i> , de Félice	4	2
	<i>Contes moraux</i> , de Marmontel	6	1
	<i>L'onanisme</i> , de Tissot	6	1
VEUVE BERTRAND & FILS	<i>Code de la nature, ou le véritable esprit de ses loix</i> , atribuído a Diderot	6	1
	<i>Mémoires de madame de Maintenon</i>	1	1
	<i>Oeuvres posthumes de Frédéric, Roy de Prusse</i>	6	1
	<i>Histoire philosophique et politique</i> , de Raynal	1	1
	<i>Théorie des loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	16	4
	<i>Bibliothèque du Legislateur</i> , de Brissot de Warville	8	4
	<i>Bibliothèque philosophique sur les loix criminelles</i> , de Brissot de Warville	4	1
	<i>Géographie</i> , de Busching	11	4
	<i>Histoire de l'Amérique</i> , de Guillaume Robertson	3	1
	<i>Histoire ecclésiastique</i> , de Mosheim	1	1
	<i>Letres d'Alexis et Justine</i>	4	1
	<i>Des lettres de cachets, et des prisons d'état</i>	4	1
	<i>L'onanisme</i> , de Tissot	6	1
	<i>De la vérité ou méditations sur les moyens de parvenir à la vérité</i> , de Brissot de Warville	11	3
	<i>Voyage sentimental</i> , de M. Sterne	3	1
	<i>Erasmi colloquia</i>	12	3
	<i>Voyage du capitain Gulliver</i> , de Jonathan Swift	1	1
	<i>Tableau de l'amour conjugal</i> , de Venette	4	1
	<i>Vie privée de Louis XV</i>	4	1
	<i>Éléments de la morale universelle</i> , de Bertrand	4	2
<i>Les Incas</i> , de Marmontel	4	2	
<i>Anecdotes de madame la comtesse Du Barry</i>	4	2	
<i>Le droit de la nature</i> , de madame Fabre	6	2	
<i>Théâtre</i> , de Voltaire	4	2	
<i>Oeuvres</i> , de Charles Bonnet	1	1	
<i>Oeuvres</i> , de Crébillon fils	2	2	
<i>De la félicité publique</i> , atribuída ao Marquês de Chastellux	6	1	

Do rol, os que faltam neste quadro, são os que, não tendo sido encomendados, terão chegado às bancas dos nossos livreiros; isto a acreditar nos *Livres de Commissions* (livros onde os editores suíços de Neuchâtel faziam o registo das encomendas, a um lado, e o das expedições, a outro) da grande casa fornecedora da literatura clandestina de então – entenda-se, por vontade própria da STN e de acordo com os seus já referidos mérito e dinâmica comerciais, terá feito envio de algumas edições que entendeu úteis ou, no mínimo, de aceitação garantida no seio da clientela portuguesa. São elas:

– *Oeuvres philosophiques et dramatiques*, de Diderot; *De l'esprit*, de Claudio Adriano Helvetius; *Fastes de Louis XV*; *Nouvelle Héloïse*, de Rousseau; *Essai de Montaigne avec des notes de M. Coste*; *Les nuits champêtres*, de Veaux; *Essai philosophique sur le monachisme*, de Linguet.

1.2. RISCOS VERSUS OBRIGAÇÕES

Em maior ou menor quantidade, tomando em linha de conta as encomendas de livros subscritas, parece certa a afirmação de que os nossos livreiros correram riscos. Correspondendo ao anseio da clientela e cumprindo por isso o seu papel enquanto homens de negócios, buscavam a satisfação dos que mantinham hábitos de leitura e se interessavam até por leituras tidas na época como menos ortodoxas!... E claro, ganhavam com isso, ou não seriam estas vendas uma garantia à vista?!

O papel de livreiro ou impressor era esse mesmo – o de pôr à disposição dos leitores aquilo que eles procurassem, sobre o que a sua curiosidade mais se mostrasse notada, o que mais se constituísse como corrente de moda. Já para tal um impressor de Yverdon, de Félice, em 1770 tinha chamado a atenção:

*Os bons livros não pertencem aos livreiros, mas à humanidade, que exige ser esclarecida e educada na virtude... os impressores e os livreiros são apenas os intermediários dessa obra salutar. Portanto, a todo livreiro ou impressor, que através da contrafacção procura difundir os bons livros mais abundante e rapidamente, é devedora a humanidade, e acho até que, em consciência, ele é obrigado a isso*³⁸.

E bons livros podiam ser aqueles que o *Catálogo de Livros Proibidos no Reino* contemplava e em cuja consulta se inspiravam encomendas. Em várias cidades, de Norte a Sul, eram vendidas pelos livreiros obras proibidas ainda que, para sua própria proteção não as tivessem expostas nas estantes³⁹.

Antes, porém, da receção dos livros nas lojas, onde, colocados ou não à vista, seriam vendidos, desenrolava-se um processo algo tortuoso, ou não se tenha em vista matéria de contrabando.

O contrabandista contratado pela STN, por exemplo, deveria fazer passar os livros através da fronteira franco-suíça por determinado valor, valor a pagar assim que os clientes

³⁸ LABARRE, 1981: 85.

³⁹ RAMOS, 1980: 23-24.

recebessem a mercadoria. Entretanto, equipas de carregadores, dirigidos por um superior, levantavam os livros num armazém secreto e transportavam-nos às costas durante a noite escolhendo atalhos de montanha. O esforço, a correr bem, correspondia naturalmente a uma compensação monetária, ainda que de pouca monta; correndo mal, o que os esperava era a escravidão, os trabalhos forçados.

O contrabando era, por isso, um negócio complicado, que exigia atenção e sagacidade para levar a bom termo as intenções e evitar fracassos, fracassos que podiam ser desastrosos quer do ponto de vista material, quer dos riscos a que expunham os intervenientes⁴⁰. Ser expedito, empreendedor, trabalhador e aventureiro – os adjectivos que Darnton selecciona para ilustrar o exemplo perfeito das qualidades necessárias aos intervenientes de modo a trilhar bem o caminho do mundo dos livros proibidos⁴¹.

Havendo sucesso, os livros eram colocados em locais secretos escolhidos para o efeito; daí, e só depois de serem reempacotados, eram expedidos para o seu destino⁴². Referimo-nos, claro está, ao sistema de distribuição dos livros na época entendidos como perniciosos, sistema que no século XVIII se denominava de «assurance»⁴³. Falamos de contrabando, conceito algo diferente de *descaminho*, nomenclatura que nos séculos XVI – XVIII significava circulação de mercadorias que não pagavam impostos a que, por lei, estavam obrigadas⁴⁴; no entanto, sabe-se que os livros impressos na Suíça por razões de comodidade de transportes, a que se juntavam igualmente fatores económicos, eram introduzidos na Península «en feuilles», isto é sem encadernação⁴⁵. Donde poder talvez deduzir-se que, no caso, ao contrabando se associava o *descaminho*!

Podendo ou não afirmá-lo, certo é que dado o sistema vigente em Portugal, o recurso à encomenda ao estrangeiro de certos textos era a alternativa; muitas vezes mesmo encomenda de impressão de obras em português e quase sempre via Lisboa. Numa carta escrita por este livreiro-impressor de Paris pode ler-se ainda o seguinte: «... le Portugal consomme ainsi de l'étranger en livres, soit en feuilles, soit reliés, pour 250.000 livres par an, dont la France, et Paris pour la plus grande partie, aura 50.000 livres, les autres passant aux pays contrefacteurs de Suisse, d'Avignon, et aux imprimeries d'Anvers et d'Italie»⁴⁶. De resto, e sobretudo entre 1730 – 1755, o comércio de livros entre Genebra e a Península Ibérica foi de importância notada. Terá expirado com o desaparecimento, antes do final do século, das grandes casas de impressão e associando-se esse fim à falta de interesse por obras em latim, de que Genebra se tinha tornado especializada e à abolição da Companhia de Jesus com o respetivo encerramento dos seus colégios⁴⁷.

⁴⁰ DARNTON, 1983b: 160-161.

⁴¹ DARNTON, 1991: 86.

⁴² DARNTON, 1991: 35.

⁴³ DARNTON, 1992: 230; DARNTON, 1983b: 160.

⁴⁴ SILVA, 2000: 18.

⁴⁵ BOUDET, 1958: 65, nota 6.

⁴⁶ BOUDET, 1958: 64-66.

⁴⁷ Embora se saiba que os irmãos Cramer mantinham relações comerciais com todas as cidades de uma certa importância em Espanha e Portugal, no nosso caso e para além de Lisboa, aponta-se Coimbra como outro destino. BONNANT, 1955: 200 – nota 45. Da pesquisa por nós efetuada nos Archives d'État – Bibliothèque Consultive, de Genebra, não pudemos confirmar tais presenças. BONNANT, 1955: 200.

Durante o tempo de fruição deste comércio, e porque o nome de Genebra fosse algo perturbador, era substituído por outro cujo compromisso não causasse tanto impacto⁴⁸, confirmando de alguma maneira o que já notou Luís A. de Oliveira Ramos: «... é provável que em Portugal, como na Espanha, os traficantes de livros tenham conseguido lançar no mercado obras perigosas debaixo de falsos títulos ou mediante encadernações enganosas»⁴⁹, matéria corroborada por Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, quando refere que «havendo um valor constante de exportações do mercado livreiro suíço para Portugal, as edições clandestinas acabavam por passar, protegidas por outras»⁵⁰.

Impacto dissimulado, torneada a questão da convivência entre livreiros portugueses e seus fornecedores, sobra a verdade do vigor da atividade clandestina setecentista que abriu a Portugal novos horizontes: o Iluminismo surpreendia e surpreendendo espalhava-se na terra de Camões... Surpreendendo, dotava de eloquência, ou não fizesse ele parte do grupo de leituras proibidas que melhor preparavam quem as lia, ao contrário das leituras devocionárias!⁵¹ Talvez possamos calcular a mancha da população leitora afetada e, em última instância, o efeito geral do fenómeno. Ou não, se, pelo contrário, nos enfeudarmos à perspectiva de Manuela D. Domingos, que acredita ser reduzida a eficácia dos livros proibidos com penetração clandestina⁵². Sabe-se, entretanto, que no leque de leitores de obras interditas, se contam muitos estudantes, para além de gente oriunda da aristocracia, do clero e da média burguesia⁵³.

Do ponto de vista da organização humana do sistema, R. Darnton entende que a qualidade das pessoas envolvidas no comércio clandestino tem características específicas e é uma condição fundamental para o seu funcionamento. A base está no princípio regulador que os une, protegendo-os – *a confiança*⁵⁴. Isto, apesar de estarmos perante um mundo em que a ilegalidade rima com marginalidade e onde se deteta uma classe de aventureiros, de livreiros sem recursos económicos ou depauperados, de gente impelida por necessidades ou ambições fortes⁵⁵. Daí, e acerca do mercado da edição, Darnton estabelece uma trilogia: os livreiros sólidos, os médios e os marginais⁵⁶. Os primeiros não estariam, segundo algumas opiniões coevas, muito inclinados a comprometer-se no circuito ilegal⁵⁷; os médios satisfar-se-iam normalmente com a venda de livros legais⁵⁸; restando assim os marginais, os homens dos riscos, aqueles entre quem, apesar das circunstâncias, não poderia falhar a confiança, os principais responsáveis pela difusão da ideologia contestatária durante o Antigo Regime⁵⁹.

48 BONNANT, 1955: 187.

49 RAMOS, 1974: 13.

50 ARAÚJO, 1990: 114.

51 LUNA, 1993: 88.

52 DOMINGOS, 1993: 194.

53 RAMOS, 1974: 7 e 13.

54 DARNTON, 1991: 111.

55 DARNTON, 1991: 121.

56 DARNTON, 1991: 122.

57 DARNTON, 1991: 122.

58 DARNTON, 1991: 120.

59 DARNTON, 1983a: 111.

Mas confiança pode e deve talvez ser entendida numa outra abordagem. Ultrapassando as balizas dos genéricos, focalizando-nos nas relações entre os livreiros que encomendam à STN e a resposta que esta Casa lhes dá, somos também em crer que foi na base da confiança que este comércio se desenrolou e sobreviveu. Em vez de se repartir por vários fornecedores, havendo um que, para além de tecnicamente capaz, se apresenta merecedor de confiança, a garantia das encomendas passa a ser aí uma certeza⁶⁰.

Não nos parece líquida é a avaliação dos três tipos de livreiros acima enunciada, por demasiado hirta, da mesma forma que se apresenta falaciosa a opinião da Administração do Antigo Regime, segundo a qual a proliferação de livros sediciosos se ligava aos livreiros miseráveis e, nessa sequência, que a literatura tabu se espalhava pelos elementos marginais da sociedade⁶¹. Uma e outra observações são por ventura inadaptáveis e inadequadas à realidade das casas e respetivas clientelas que conhecemos em Portugal com relações comerciais ativas com a Editora suiça selecionada – a STN. Os livreiros em questão eram certamente representantes de casas sólidas nada se aproximando por isso da codicologia de livreiros médios e muito menos marginais. E, na esteira das suas pegadas, a sua clientela. Efetivamente, a relação dos nossos livreiros com os seus fornecedores sempre denota, isso sim, uma escolha que engloba vantagens múltiplas e atentas: de preço, qualidade, e rapidez nas entregas, tal como, noutra momento e para outras quotas geográficas, reparou R. Darnton⁶².

O comércio clandestino do livro, ao contrário do que se possa imaginar, parece ter sido alvo mais facilmente derrubável, e em primeira mão, dos devedores e dos vigaristas nele implicados, do que da prática policial, que concentrava os seus esforços em medidas a tomar para acabar com a oferta, intercetando os intermediários marginais⁶³; assim sendo, reforça-se a ideia da confiança, de que atrás falámos, que sempre se terá evidenciado na correspondência e na seleção ou manutenção de contactos entre fornecedores e clientelas⁶⁴.

Instalado o requisito necessário para o êxito – falámos da *confiança* – não se esqueçam alguns outros factores:

- a) quanto mais um livro é condenado pelas autoridades, mais ele é procurado pelo público; quanto mais ele é procurado pelo público, mais ele é falsificado⁶⁵;
- b) todos no século XVIII – editores, impressores, transportadores, *colporteurs*, livreiros – sabem que as obras proibidas, pelos perigos e riscos que representam, requerem, da prensa ao balcão, um tratamento especial⁶⁶;
- c) a literatura ilegal no século das luzes reflete o próprio tempo em termos de produção e difusão do objeto livro. Implica práticas específicas de profissionais e exige consistência no jogo da oferta e da procura do mundo editorial⁶⁷;

⁶⁰ DARNTON, 1991: 161.

⁶¹ DARNTON, 1983a: 113.

⁶² DARNTON, 1992: 201.

⁶³ DARNTON, 1983a: 113.

⁶⁴ DARNTON, 1983b: 156-157.

⁶⁵ DARNTON, 1991: 30-31.

⁶⁶ DARNTON, 1991: 37.

⁶⁷ DARNTON, 1991: 37.

d) com intenções prévias ou de forma inconsciente e subtil, incontestável é a contribuição da literatura clandestina na corrosão da razão de ser da ordem estabelecida, da autoridade, portanto da força, nos espíritos deste tempo de transição que foi o final do século XVIII⁶⁸.

Obrigações, riscos, o papel de quem sobrevive com a venda de textos e tem perante a profissão uma atitude digna e honesta de procura, de atenção, de cuidados...

BIBLIOGRAFIA

- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de (1990) – *Modalidades de Leitura das Luzes no Tempo de Pombal*. Revista de História, vol. X. Porto: Centro de História da Universidade, p. 105-127.
- BONNANT, Georges (1955) – *La Librairie Genevoise au Portugal du XVIe au XVIIIe siècle*. In Genava, n.º 3, Genève, p. 183-200.
- BOUDET, Antoine (1958) – *Situação da Imprensa e da Livraria em Portugal nos meados do século XVIII*. In *Arquivo de Bibliografia Portuguesa*, ano IV, janeiro-junho, n.ºs 13-14. Coimbra, Atlântida, p. 62-66.
- CAEIRO, Francisco da Gama (1980) – *Livros e Livreiros Franceses em Lisboa nos fins de Setecentos e no Primeiro Quartel do século XIX*. Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra, vol. 35. Coimbra: p. 139-167.
- CARREIRA, Laureano (1988) – *O Teatro e a Censura em Portugal na Segunda Metade do Século XVIII*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- CURTO, Diogo Ramada [et al.] (2006) – *As Gentes do Livro: Lisboa século XVIII*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- DARNTON, Robert (1983a) – *Le Monde des Libraires Clandestins sous l'Ancien Régime*. «Bohème Littéraire et Révolution. Le monde des Livres au XVIIIe. Siècle». Paris: Ed. Du Seuil, p. 111-153.
- ____ (1983b) – *Un Commerce de livres «sous le manteau» en province à la fin de l'Ancien Régime*. «Bohème Littéraire et Révolution. Le monde des Livres au XVIIIe. Siècle». Paris: Ed. Du Seuil, p. 155-175.
- ____ (1986) – *O Grande Massacre de Gatos e outros Episódios da História Cultural Francesa*. Rio de Janeiro: Graal.
- ____ (1991) – *Édition et Sédition. L'univers de la littérature clandestine au XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard.
- ____ (1992) – *Gens de Lettres, gens du Livre*. Paris: Éditions Odile Jacob.
- ____ (1990) – *Le Livre Prohibé aux frontières: Neuchâtel*. In CHARTIER, Roger; MARTIN, Henri-Jean, coord. – *Histoire de l'Édition Française. Le Livre Triomphant 1660-1830*. Paris: Fayard, p. 440-467.
- DOMINGOS, Manuela D. (1989) – *Os catálogos de livreiros como fontes da História do livro: o caso dos Reycead*. «Revista da Biblioteca Nacional», série.2, vol. 4, n.º 1. Lisboa: p. 83-102.
- ____ (1993) – *Visitas do Santo Ofício às Naus Estrangeiras – Regimentos e Quotidianos*. «Revista da Biblioteca Nacional», série 2, 8 (1), p. 117-229.
- ____ [et al.] (2000) – *Livreiros de Setecentos*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- JEANPRÊTRE, John (1949) – *Histoire de la Société Typographique de Neuchâtel: 1769-1798*. «Musée Neuchâtelois», p. 70-79; p. 115-120; p. 148-153.
- LABARRE, Albert (1981) – *História do Livro*, São Paulo: Cultrix – INL.
- LABOURDETTE, Jean-François (1988) – *La Nation Française à Lisbonne de 1669 à 1790: entre Colbertisme et Liberalisme*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian.
- LUNA, Lola (1993) – *Las Lectoras y la historia Literaria*. «La Voz del Silencio», vol. II. Madrid: Asociación Cultural Al-Mudayna, p. 75-96.

68 DARNTON, 1991: VI.

- MARTINS, Maria Teresa Payan (2005) – *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- PIWNIK, Marie-Hélène (1987) – *Échanges Érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- PEIXOTO, Jorge (1967) – *História do Livro Impresso em Portugal*. «Arquivo de Bibliografia Portuguesa», anos X-XII, n.ºs 37-48. Coimbra: Atlântida, p. 14.
- RAMOS, Luís A. de Oliveira (1974) – *Da Aquisição de Livros Proibidos nos fins do século XVIII. (Casos Portugueses)*. Porto.
- ____ (1980) – *O Porto e as Origens do Liberalismo (subsídios e observações)*. Porto: Publicações da Câmara Municipal do Porto, Documentos e Memórias para a História do Porto – XLIII.
- RYCHNER, Jacques (1969) – *Les Archives de la Société Typographique de Neuchâtel*. «Musée Neuchâtelois», p. 99-122.
- ____ (1979) – *Running a Printing House in Eighteenth-century Switzerland*. «The Library», 6th. series, vol. 1, p. 3.
- SANTOS, Piedade Braga (1983) – *Actividade da Real Mesa Censória – uma sondagem*, «Cultura – História e Filosofia», vol. II, p. 377-440.
- SILVA, Francisco Ribeiro da (2000) – *A Apreensão de Mercadorias Proibidas nos finais de Setecentos. Um Exemplo*. «O Contrabando e Outras Histórias». Porto: CENPA – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, n.º 1, p. 17-23.

FONTES

Instituto dos Arquivos Nacionais. Torre do Tombo (IAN/TT) – *Real Mesa Censória (RMC)*, Livro 17.